

ATA Nº08

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de dezembro de dois mil e dezoito.** -----

-----No vigésimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/09/2018;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana dos Santos Barreira e Sérgio Domingos, em substituição de Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, eleitos na lista do PSD. -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira e António Bastião em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; António Santos Rosa em representação de Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão o senhor Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva e Paulo Alexandre Ferreira Malta. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente João Paulo Sousa Gonçalves e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28 de setembro de 2018.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre um de outubro e vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar.

-----**C – Justificação de faltas.**-----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Maria Pedro Silva e Paulo Malta à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:**-----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e, mais uma vez, fez referência às lixeiras existentes no Concelho de Vagos, e a uma que em particular que se situa na Freguesia de Ponte de Vagos, junto à antena dos telemóveis, que está carregada de lixo sendo alguns deles tóxicos. Esta lixeira fica a cerca de seiscentos metros da captação de água de Carvalhais. O senhor Deputado tem sido abordado por diversas vezes quanto a essa questão. O local já está completamente entulhado de lixo e ao longo da estrada também já se vê lixo espalhado. O senhor Deputado pergunta ao executivo o que é que se pretende fazer para resolver este problema. A segunda questão prende-se com um aviário que está a ser pensado construir em Mira e saber se o senhor Presidente da Câmara tem acompanhado a situação e o que é que pode adiantar sobre o assunto. Por último deixou uma chamada de atenção à Assembleia Municipal relativamente à questão dos idosos e falando enquanto Presidente da Direção de uma IPSS's, e há aqui mais pessoas ligadas a IPSS's, há neste momento no Concelho de Vagos há um problema grave que se prende com a falta de lugares para os idosos. O senhor Deputado tem agendada para Fevereiro uma reunião com o senhor Diretor da Segurança Social, porque já recebe telefonemas do Hospital para prestar assistência a idosos que não têm família. Esta assistência tem sido recusada, pois não pode ser dada, porque as vagas estão todas completas. A legislação que existe não permite a ampliação das vagas e está-se numa situação muito complicada. Há famílias aflitas porque não conseguem deixar os pais em casa sozinhos e não têm quem cuide deles, não porque as instituições não o queiram fazer mas porque não podem fazê-lo. Este é um problema instalado no

Concelho de Vagos e para o qual o senhor Deputado pede a preocupação política do senhor Presidente no sentido de ajudar a encontrar soluções para o assunto. -----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e começou por felicitar a “Terra do Pai Natal”, mais uma vez uma iniciativa muito boa que envolve todas as instituições do Concelho e uma mais valia para as crianças. Entretanto, questionou sobre o ponto de situação do Posto Médico de Covão do Lobo, uma vez que a senhora Deputada ao passar por lá reparou que estão a ser realizadas algumas obras. Outra questão que colocou prende-se com as obras na estrada Rines/Sanchequias, ou seja, se a obra está a decorrer como contratado e dentro dos prazos estabelecidos. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que existe uma carreira/autocarro que vai de Camarneira a Aveiro e tem duas paragens em Salgueiro, uma perto da Escola e outra perto da Capela. O que acontece é que nesta altura de inverno torna-se muito chato e desagradável, porque as pessoas apanham muito frio enquanto aguardam pelo autocarro. Neste sentido, o senhor deputado pergunta a quem é que compete construir paragens. Outra questão que referiu prende-se com as passadeiras, isto é, a maior parte das passadeiras do Concelho de Vagos estão apagadas. O senhor Deputado abordou também a situação da Escola de Salgueiro, mais concretamente o estado das casas de banho que ao que parece se encontram em mau estado, faltam portas, e o que é que está pensado para resolver a situação. Em relação à estrada Salgueiro/Fontão o senhor Deputado considera que se perdeu uma oportunidade única para se ter uma estrada de excelência. Há cerca de um ano atrás houve aquela situação caótica, não só para os moradores mas também para quem lá passava. Atualmente verificam-se algumas cedências de piso e a sinalização horizontal, pura e simplesmente, não existe. Neste sentido, questiona quais os planos para o futuro daquela via. No que respeita ao orçamento participativo de dois mil e dezassete, de onde saíram vencedores quatro projetos, Calvão, Santo André, Covão do Lobo e Ponte de Vagos, que eram para ficar terminados todos no mesmo ano, no entanto, o que se verifica é que isto não aconteceu e o senhor Deputado quer saber o que é que correu mal. Para terminar, referiu-se à recolha de lixo no Concelho que como se sabe muito deixa a desejar e não tem corrido nada bem e o senhor Deputado quer saber que medidas é que a Câmara Municipal já tomou para resolver esta situação. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou também por abordar a questão do lixo no Concelho de Vagos. Esta é um problema que preocupa, tem havido muitas queixas de muitos munícipes a queixarem-se da falta de limpeza, ou das más condições da limpeza na via pública. O que referem é que limpeza das vias só é feita sistematicamente nas Freguesias de Vagos e da Gafanha da Boa Hora. Por outro lado, há a acumulação de muito e diverso lixo em muitas partes do Concelho e, portanto, fica a preocupação e a questão ao senhor Presidente da Câmara. O segundo tema prende-se com a proteção civil a dois títulos: saber o ponto de situação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vagos. A informação que há no *site* da Autarquia diz que o primeiro tem validade de dois mil e treze a dois mil e dezassete e o segundo data de dois mil e quinze. A

informação que também existe é que estes planos devem ser revistos de dois em dois anos e deve ser feita a consulta pública antes da revisão desses planos. A pergunta é qual é o ponto de situação, se a informação do *site* está válida ou não, está desatualizada, e mais importante do que tudo é se estes planos vão ser atualizados e o que é que está a ser feito nesse sentido. Ainda em relação à questão da proteção civil o senhor Deputado questionou o senhor Presidente da Câmara se já há uma tomada de posição do Município de Vagos em relação aos diplomas da descentralização administrativa, nomeadamente ao decreto-lei 103/2018, de 29 de novembro, em que remete para a competência dos órgãos autárquicos o apoio às equipas de intervenção permanente das Corporações dos Bombeiros Voluntários e remete para a competências das entidades intermunicipais a definição da rede de Quartéis de Bombeiros e também a elaboração de programa de apoio às Corporações de Bombeiros. Perguntou, ainda, qual é a ideia deste Município em relação a este grande plano de descentralização que está neste momento em curso, mas que também depende da vontade das Autarquias e da vontade de cada Autarquia de aderir ou não a este Plano. Por fim, uma última questão, ou seja, o NEVA – Núcleo Empresarial de Vagos, acabou de fazer vinte e cinco anos e tendo em conta o trabalho desenvolvido, tendo em conta o trabalho das empresas na criação de emprego no Concelho, o senhor Deputado considera que se justificaria que houvesse uma exaltação e um diploma de mérito industrial pelos seus vinte e cinco anos, também como incentivo para que continue a desenvolver o trabalho que tem feito. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que em relação a esta última proposta estão todos de acordo e por isso foi colocada a votação um voto de reconhecimento e exaltação ao NEVA em relação ao trabalho que esta entidade tem desenvolvido ao longo destes vinte e cinco anos. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e iniciou a sua intervenção com o ponto de situação de duas reuniões da CIRA, uma em setembro e outra em dezembro. No que respeita ao Concelho de Vagos falou-se: no canil intermunicipal, que irá avançar em dois mil e dezanove, cujo financiamento irá ser distribuído pelos onze Municípios que constituem a CIRA; na implementação dos quebra-mar junto à Costa para tentar impedir o avanço do mar; a criação de uma central compras CIRA, onde se fez a aprovação do regulamento permitindo as compras intermunicipais. Entretanto, o senhor Deputado pediu que fosse feito um ponto de situação da construção dos novos Armazéns Municipais, uma vez que se houve por aí dizer que tal não vai acontecer tão cedo.

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e questionou o executivo municipal se existe perspetiva de pagamento da 3ª Tranche dos Acordos de Delegação de Competências. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e deu conhecimento à Assembleia Municipal que havia falecido o Monsenhor Virgílio Vieira Resende, natural de Vagos. O senhor Deputado propõe um Voto de Pesar pelo seu falecimento. A proposta foi aceite e aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que a Câmara Municipal também aprovou um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Virgílio Vieira Resende. -----

----- Continuando a sua intervenção o senhor Deputado Basílio de Oliveira referiu que se tem falado muito na Requalificação do Palacete do Visconde de Valdemouro. A Câmara está disponível a avançar com a obra de Requalificação da antiga Câmara Municipal. O senhor Deputado, que considera que o referido edifício é o ex-líbris desta Vila, está ligado à historia de Vagos, espera que o projeto não afete nem altere a sua fachada. Dentro dele estão dois tetos que são de uma beleza única. O edifício tem séculos e porque não aproveitar, de alguma maneira, o projeto elaborado durante o mandato do Dr. Carlos Bento e que na altura não avançou. O senhor Basílio partilhou com os presentes o projeto que há vinte anos atrás foi elaborado para a Requalificação deste Edifício. Entretanto, questionou o senhor Presidente sobre os terrenos da antiga Cerâmica de Vagos. Considera que a Câmara Municipal merecia melhor zona ambiental a rodeá-la. Não se admite ali um muro em ruínas prestes a provocar um acidente grave e, depois, a responsabilidade a quem será imputada. A Vila de Vagos merece, a sul, uma entrada mais digna. Outra questão que levantou prende-se com a rua da Banda Vaguense, desde a Santa Casa da Misericórdia à rua que vai para a Gafanha, que está com um trânsito invulgar e por isso precisa de uma requalificação imediata e com a construção de uma via pedonal, porque é muito utilizada pelos peregrinos que se deslocam ao Santuário de Nossa Senhora de Vagos. O senhor Deputado terminou a sua intervenção deixando uma sugestão, ou seja, um acordo de Geminação com a cidade Americana Newark e a cidade Canadiana Toronto, onde vivem muitos portugueses. A pintura que se encontra no muro da Biblioteca Municipal foi feita por um natural de Mindelo em Cabo Verde, com quem a Câmara Municipal tem um Acordo de Geminação. Um Acordo de Geminação é isto e, portanto, vale a pena a preocupação em se proporcionar este tipo de acordos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e reforçou as questões já levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vagos. Este é um assunto que merece melhor atenção não só devido aos acontecimentos recentes mas também porque Vagos, devido às suas condições físicas, à localização, à linha de costa e a densidade florestal, é um Concelho que pode cada vez mais ser afetado pelas alterações climáticas. Neste sentido dever-se-á dar alguma prioridade à revisão destes dois Planos Municipais e fazê-lo com o povo como exige a lei. Entretanto, o grupo municipal do PS foi informado que de não existem bocas de incêndio na Urbanização da Boa Hora e perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e se tem alguma intervenção planeada. O senhor Deputado reforçou, também, a questão da limpeza e perguntou, com o protocolo de delegação de competências, quem é que tem afinal a incumbência de proceder às limpezas pelas Freguesias, se a Câmara Municipal te isso articulado com as Juntas de Freguesia e se não seria útil articular e desenvolver um plano em que haja uma intervenção periódica e começar a planear de forma mais consistente a intervenção nesse domínio. Em relação à NATAL(i)A o senhor Deputado considera importante fazer-se aqui um balanço. Começando pelo nome, isto é, o nome que deram NATAL(i)A –Terra do Pai Natal e foi uma escolha feliz mas é preciso ter em atenção duas coisas: NATAL(i) A tem uma opção gramatical que não combina muito bem, ou seja, usa-se uns parênteses que não fazem muito sentido, nem do

ponto de vista de normas gramaticais nem do ponto de vista de sentido. O que o senhor Deputado sugere é que se use uma paragoge, que é uma adição de um som no final da palavra, uma maneira de destacar mais o Natal e colar o parentese no A final. Esta é uma sugestão que fica para o ano e que faz um pouco mais de sentido. Depois é a Terra do Pai Natal mas às vezes, porque houve situações, mesmo com a visitas das escolas, que o Pai Natal não estava lá. Assim sendo, há que ter em atenção porque ou se chama só NATAL(i)A ou então Terra do Pai Natal “às vezes”. É evidente que ter-se-á de arranjar uma solução para esses casos, porque se há uma figura que dá nome àquele evento tem de se resolver os momentos em que o Pai Natal não está lá, mesmo que não seja a mesma pessoa. A figura que dá nome ao evento tem de estar representada. O senhor Deputado perguntou também sobre o nível de investimento que houve neste evento, que nível de receita é que houve. O nível de investimento decorreram, com certeza, a nível de ajustes de serviços e quais foram os critérios para a aquisição desses serviços. Por fim, a questão da entrada e aquilo que se recolheu da parte das pessoas é que o valor é excessivo. Daquilo que o senhor Deputado pode perceber ao nível distrital, e estas comparações devem sempre ser feitas ao nível de oferta dos eventos e instalações que existem, Vagos não pode ter um valor de bilheteira com um valor semelhante a, por exemplo, um Perlim em Santa Maria da Feira que são dimensões manifestamente diferentes ainda. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e enquanto membro eleito desta Assembleia para representar a Comunidade do ACeS do Baixo Vouga referiu que esta entidade reuniu no passado dia dezanove de dezembro e, como tal, de interesse para o Município de Vagos há três aspetos a referir. O primeiro deles diz respeito a dados demográficos e neste âmbito o número de utentes inscritos no primeiro semestre de dois mil e dezoito decresceu 2,5%. Por outro lado, a taxa de cobertura do médico de família aumentou para 97,31%, 4% de acréscimo, que em muito se deve a contratualização de novos médicos de família que ainda não estão a trabalhar em pleno, estão a evoluir os seus ficheiros de utentes. Perspetiva-se assim que a região sul do Concelho e Soza sejam os principais beneficiados, eventualmente até na construção de USF's na zona sul, depende apenas dos profissionais. Quanto a Soza passará pela execução de obras no próprio Centro de Saúde mas ainda é só um projeto não há planos concretos. A taxa de envelhecimento do Concelho de Vagos situa-se acima da média nacional, 39,35%. O segundo aspeto que referiu diz respeito aos indicadores de performance, que traduzem o desempenho dos cuidados clínicos à população, que no Concelho de Vagos se situa nos 52,62%, dentro da média da região de Aveiro. No entanto, esmiuçando estes dados é fácil de perceber que o desempenho é muito melhor quer na USF em Vagos quer na zona sul do que em Soza, com a dinâmica até à data de Centro de Saúde. Com a aquisição de nova médica perspetiva-se, então, melhorias neste âmbito. Ainda assim a superação por parte da tutela não foram suficientes e como tal residirá o problema e persistirá em Vagos na USF estando neste momento quatrocentos e setenta e um utentes sem médico de família, não havendo perspetiva para a resolução da questão uma vez que este número de utentes não permite a aquisição de um novo médico nem a USF permite, na sua almofada, encaixar estes utentes. Para terminar perspetivam-se atividades relevantes para dois mil

e dezanove e neste domínio avançará o ACeS Baixo Vouga com um rastreio sistemático ao colón do útero e do reto em toda a região de Aveiro. Até abril os casos positivos rastreados serão encaminhados para Coimbra, a partir do mês de abril o Centro Hospitalar do Baixo Vouga assumiu o compromisso de dar encaminhamento a estes utentes. Está também projetada uma unidade de Geriatria, como projeto piloto em três unidades na região de Aveiro da qual zona sul do concelho faz parte. Em nome pessoal a senhora Deputada refere a preocupação com os idosos, não só pelos números referidos mas também pelos comportamentos e enquanto profissional não pode ficar indiferente a este aspeto. Preocupa-a por um lado o comportamento da própria população e dos familiares face aos seus próprios idosos e manifestou a sua desilusão face aquilo que considerava que seria uma solução de futuro no âmbito do cuidador informal e que um dia a Ministra da Saúde deixa cair e no dia seguinte foi repescada pelo senhor Primeiro Ministro. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra e perguntou qual o ponto de situação das Piscinas de Calvão e do Parque de Lazer de Santo André de Vagos. Relativamente à reunião da CIRA, apesar de já se ter falado aqui, há um ponto importante que quis dar conhecimento e que tem a ver com a criação de um Polo de Ensino no âmbito da Saúde na Universidade de Aveiro em colaboração com o Hospital do Baixo Vouga e que será um ponto de referência para todos. Relativamente aos Planos Municipais já aqui referidos é importante, realmente, que estes estejam atualizados mas a senhora Deputado queria saber sobre o alargamento do perímetro de proteção da Zona Industrial de Vagos. Em sessões anteriores foi aqui referido pelo senhor Presidente que havia sido feito um pedido para o alargamento do perímetro de proteção e a senhora Deputada quer saber se já há alguma resposta. Questiona, também, se a Câmara Municipal tem algum plano estratégico de apoio e de atuação relativamente ao volume de famílias que estão a chegar da Venezuela. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e começou por deixar uma saudação especial a o Campeão Mundial de Futsal com Síndrome de *Down*, que é de Calvão. Relativamente à tempestade Leslie, ocorrida em outubro, saber o impacto que teve e quais as medidas e apoios criados para que foi afetado. Deixou também a sua preocupação por não estar a ser possível levantar dinheiro na caixa multibanco na Gafanha, porque causa grande impacto no comércio local daquela zona. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e começou por salientar que este foi um ano extraordinário naquilo que diz respeito à cultura do Concelho de Vagos, sobretudo à visibilidade que foi possibilitada à grande maioria das instituições que estão ativas. Referiu de uma forma particular alguns aspetos que tornam diferente a forma de se olhar para a cultura, como o concerto ao ar livre que decorreu frente à Biblioteca Municipal. Deixou os parabéns ao Orfeão de Vagos pelos seus cinquenta anos de atividade. Em relação ao evento NATAL(i)A, e concordando com alguma coisa que já aqui foram ditas, referiu que ainda bem que a população Vaguense pode usufruir de um evento destes, com algumas correções de futuro mas com um cartaz interessante e uma interação, principalmente para as crianças, muito boa. Este espaço cultural serviu muito bem e as pessoas puderam participar de uma forma muito ativa, o importante é criar oportunidades, é

isto que é necessário é disto que a população vagueuse precisa. Por último, questionou sobre o ponto de situação dos transportes no Concelho e em particular para as Zonas Industriais. -----

----- a senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e referindo-se à NATAL(i)A gostaria de saber se houve algum tipo de fiscalização, porque teve a informação de que alguns colaboradores do evento, contratados para animação, foram contratados com um salário base de seiscentos euros pelas duas semanas de trabalho. Entretanto, passado uma semana foi-lhes dito que só iriam receber quarenta euros por cada dia do fim de semana, ou seja, deixava de existir o salário que lhes tinha sido prometido no início para receberem cerca de cento e sessenta euros. Questionou, também, porque é que os Deputados Municipais não receberam um convite para o dia da Inauguração deste evento. -----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra para responder a algumas das questões colocadas pelos senhores Deputados. Em relação ao orçamento participativo, e à execução dos projetos que dele fazem parte, informou de que em relação ao Projeto de Flamingo, em Calvão, só falta colocar os arejadores. Havia o compromisso do empreiteiro de estar tudo terminado no final do ano, a parte do sistema fotovoltaico foi feita, a parte das infraestruturas elétricas foi feita, a cabulagem está pronta, mas falta a colocação dos arejadores. Não é um processo muito complicado, tentou-se tudo para que o empreiteiro ainda fizesse a colocação até ao final do ano mas não foi possível. Assim sendo, aguarda-se que seja feito logo no início de dois mil e dezanove. Relativamente ao Trilho da Lontra, no Covão do Lobo, foi adjudicado e está a trata-se da implementação com todas as partes envolvidas, a Junta de Freguesia e com a empresa que irá fazer da instalação dos conteúdos. O objetivo é ter este projeto terminado logo no início do ano de dois mil e dezanove. Quanto ao Parque de Merendas de Santo André de Vagos houve algum atraso devido a indefinições no projeto e só há muito pouco tempo é que se conseguiu concluir. Entretanto, fez-se a consulta para posterior adjudicação. Em relação ao Projeto da Tenda Tencionada, em Ponte de Vagos, é o que está em pior condição, porque com a parte das indefinições do projeto não chegaram do proponente algumas das informações necessárias havendo, assim, algumas dificuldades em implementar o Projeto que se espera possam vir a ser superadas no mais curto espaço de tempo para se poder concretizar a execução do projeto. Neste orçamento participativo, o primeiro, houve algumas falhas mas no próximo ter-se-á de ter mais cuidado na análise e na definição dos projetos, porque muitas vezes julgam-se simples e depois para os concretizar pode tornar-se mais complicado que o previsto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às restantes questões colocadas pelos senhores Deputados. Começando pela NATAL(i)A referiu que tomou em boa nota as sugestões do senhor Deputado Bruno Julião, as correções. Em relação às lixeiras que estão no Concelho, mais em concreto as questões do senhor Deputado Juan Martins, estão a ser analisadas pelos serviços de fiscalização da Câmara Municipal e pelos Serviços do CEPNA. São situações de claro crime ambiental e, portanto, terão de ser tratadas dessa forma. Os serviços estão atentos e uma das coisas que irão fazer em breve é ir retirando o lixo, embora o que acontece com frequência é que quando se retira o lixo as pessoas começam de seguida a colocar

mais. Há aqui matérias de sensibilização que têm de continuar a ser feitas e aumentar a fiscalização para que as pessoas sintam que não podem despejar lixo em qualquer local. Quanto à questão do Aviário no Concelho de Mira o senhor Presidente já teve oportunidade de reunir com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, que manifestou alguma preocupação, assim como o senhor Vereador João Domingues manifestou. Entretanto, solicitou à Câmara Municipal de Mira que enviasse o estudo de impacto ambiental que fizeram para começar a tratar do projeto e foi enviado. Neste momento, a Câmara Municipal de Mira está a desenvolver outro tipo de estudos com a Universidade de Aveiro para avaliar o impacto que terá essa edificação naquela região. Apesar da Câmara Municipal de Vagos não estar envolvida no Projeto está a acompanhar de perto a situação e acredita que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mira tomará a melhor decisão para o Concelho de Mira, porque é uma pessoa de grande caráter e de grande seriedade política. Em relação aos idosos embora a questão não tenha sido dirigida à Câmara Municipal, o senhor Presidente, que não pode ficar indiferente a este assunto, sugeria que se agendasse uma reunião do CLAS para de uma forma conjunta haver uma pronuncia desta entidade sobre essas matérias. Brevemente irá ser agendada uma reunião do CLAS e esse será, com certeza, um dos assuntos que fará parte da ordem de trabalhos. Em relação à NATAL(i)A ainda não houve tempo de se fazer um balanço mas o que se procurou na constituição deste protocolo de entendimento entre o Museu do Brincar, a AEVA e o Município foi dar uma nova expressão ao evento. O tempo de abertura do evento foi diferente, ou seja, o evento esteve aberto mais dias que nos anos anteriores, e foi essa questão que implicou que o Pai Natal Certificado não estivesse presente na primeira semana, porque tem outros compromissos a nível nacional. Entretanto, arranjou-se que o substituísse, não foi é outro Pai Natal, porque se Vagos tem o Pai Natal certificado não pode depois lá estar outro com umas barbas e barriga falsas. Havia uma figura, que era a Tia NATAL(i)A que no fundo procurava preencher esse vazio para além de que havia uma aplicação interativa que permitia às crianças interagir com o Pai Natal. Mas, apesar disso, o senhor Presidente entende a questão levantada e será uma das matérias que irá ser avaliada, assim como toda a programação cultural que foi feita, o valor do bilhete e outros fatores importantes. Em relação ao valor do bilhete este, para além da entrada no recinto, incluía as voltas no carrossel e a entrada no Museu do Brincar, que em circunstâncias normais custa três euros. Parte das receitas revertia para o Museu do Brincar. Todas as crianças do Concelho de Vagos, até aos doze anos, tiveram direito a uma pulseira que lhe permitia entrada gratuita em todos os dias, para além da oferta cultural dos grupos vaguenses. Quando se fala em cultura esta também custa dinheiro e apesar da Câmara Municipal financiar uma parte significativa do evento também é necessário que as pessoas apoiem. É evidente que o senhor Presidente entende as críticas e as chamadas de atenção como matérias a melhorar no próximo ano. O balanço irá ser feito e nessa altura essas matérias serão, todas elas, consideradas. O senhor Presidente, pessoalmente, faz um balanço positivo do evento. Em relação ao Posto Médico do Covão do Lobo, basicamente, a senhora Deputada Andreia Marques explicou as intenções do ACeS relativamente àquilo que é a Saúde no Concelho de Vagos e que tem a total consonância com a Câmara Municipal de Vagos. O Posto Médico de Covão do Lobo já sofreu uma

pequena intervenção que está ainda parada à espera da definição de materiais. Essa intervenção foi suportada pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, que ajudará com os materiais, tal como irá acontecer no Posto Médico de Soza que também precisará de uma pequena intervenção. As intervenções são ligeiras para permitir que no Concelho de Vagos, e de forma permanente, fiquem a trabalhar seis unidades de cuidados primários de Saúde, ou seja: o Centro de Saúde de Vagos, com a USF que tem um Polo na Gafanha da Boa Hora; Posto Médico de Soza; Posto Médico de Ouca; Posto Médico de Ponte de Vagos; Posto Médico de Covão do Lobo. Desta forma ficará o Concelho de Vagos bem coberto, embora ainda não seja possível aplicar este desenho porque ainda falta pessoal de enfermagem, faltam três enfermeiros. Muito recentemente foram colocados três médicos que permitem ter uma perspetiva positiva para o futuro e que vieram resolver um problema que era muito mais grave que era a falta de médico de família. Em relação à estrada Rines/Sanchequias há um ligeiro atraso na obra que o empreiteiro se comprometeu a resolver no início do próximo ano, embora uma parte do atraso também se deva às entidades com quem se tem de interagir, nomeadamente a EDP e Portugal Telecom porque há postes que ainda estão no meio dos passeios e não se pode colocar o pavê enquanto estes lá estiverem. Há também a questão da fibra ótica, ou seja, ainda não há definição de como irá passar a fibra ótica, se é por via subterrânea se é por via aérea. A pressão que tem sido feita ao empreiteiro é que ele tem um prazo para cumprir e se tal não acontecer, e não houver nenhuma razão de força maior, ter-se-á de começar a cobrar as respetivas multas contratuais previstas. Em relação à carreira Camarneira/Aveiro, e sobre a questão das paragens, a Câmara Municipal tem estado a trabalhar a nível da CIRA a definir um política de transportes de toda a região para posteriormente se lançar o concurso público para a rede de transportes da região e ela ser toda concertada entre si. Quando se começou a fazer este trabalho nem a própria TRANSDEV, que neste momento é a única operadora da região, tinha presente todas as carreiras de transporte público, nem a definição dos sítios das paragens e nem a informação que tem de estar disponível aos utilizadores. Basicamente esta uma grande confusão mas, neste momento, em conjunto com a TRANSDEV já se conseguiu fixar e saber quais são as carreiras que se fazem, quais são as carreiras que coincidem com os transportes escolares, as carreiras que justifica estender e nos horários que são precisos. Os dados estão recolhidos, dos dez Municípios, porque Aveiro fica de fora numa parte de transportes, ou seja, dentro da cidade não faz parte do consórcio mas faz parte, depois, na outra componente que é de ser um ponto aglutinador de transportes. Neste momento, o trabalho está feito e, portanto, no ano de dois mil e dezanove estão reunidas condições para ser lançado o concurso público para melhorar a rede de transportes públicos do Concelho de Vagos. As paragens são uma obrigação da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. A questão das passadeiras é uma boa chamada de atenção e fica registada. Relativamente à Escola de Sagueiro a informação que o senhor Presidente tem é que ela teve uma intervenção acerca de dois anos. Entretanto, agora havia lá um problema com as portas que durante o período de férias irá ser resolvido. No que respeita à estrada Salgueiro/Fontão não se perdeu nenhuma oportunidade, porque a Câmara Municipal não fez a receção definitiva da empreitada, ou seja, fez uma receção provisória da obra, daquilo que se

podia receber, e houve uma parte que a Câmara Municipal não recebeu. O que se disse ao empreiteiro foi que a obra não estava em condições de ser recebida. Entretanto, chegou-se a acordo com o empreiteiro estando a aguardar-se que o piso abata um pouco e quando estiver bem consolidado a estrada levará um tapete inteiro que foi o que a Câmara Municipal pagou. Neste momento nem estão sequer a contar os prazos para as garantias, porque o empreiteiro tem de repor a obra conforme o acordado. Em relação à sinalização horizontal não faz muito sentido estar a ser exigida, neste momento, uma vez que a estrada vai se repavimentada. Relativamente à Luságua tem sido feita uma grande pressão formal, por parte dos três Municípios que têm contrato com esta empresa, para que esta responda positivamente àquilo que são as suas obrigações contratuais. Já se realizaram reuniões com os respetivos advogados, os três Municípios e a Luságua, por forma a encontrar uma solução que seja boa para todas as partes envolvidas neste processo. Sendo certo que a questão do lixo vai ser muito importante no futuro. Aliás, o serviço de Aveiro começou agora e o senhor Presidente, pessoalmente, já lhe consegue apontar algumas falhas e é bem mais caro do que o do Concelho de Vagos. A questão da limpeza da via pública o importante, mais do que saber a quem compete o quê, será a promoção de ações de sensibilização junto da população para que as pessoas tenham algum cuidado na forma como tratam o lixo. Relativamente à questões levantadas sobre a Proteção Civil, o Plano Municipal de Emergência está em vigor e o Plano de Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também, embora já tivesse caducado o prazo. Realizou-se uma reunião onde esteve presente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ouca e, basicamente, a proposta da equipa de trabalho contratada para rever o Plano apresentava questões bastante complicadas do ponto de vista das faixas de proteção. Definia como aglomerados urbanos todas as áreas com construção e isso obrigava a que as faixas de proteção passassem a ser de cem metros. Assim sendo, e atendendo à altura do ano em que se estava, e o plano anterior ter ações para dois mil e dezanove e dois mil e vinte, decidiu-se não votar o ponto. Entretanto, as equipas técnicas vão reunir-se, a Câmara Municipal, o ICNF e o representante da Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga, para definirem, tal como já se fez noutros Municípios, quais é que são os aglomerados urbanos onde justifica o afastamento dos cem metros, nos outros são cinquenta metros, e faz todo o sentido que seja feito um estudo mais detalhado, para evitar situações mais complexas. No início do próximo ano o assunto estará em condições de ser votado para o plano estar em vigor antes do período dos fogos, sendo certo que as ações do plano anterior estendem-se por dois mil e dezanove e dois mil e vinte e estão a ser implementadas à mesma pelo ICNF e pela Câmara Municipal. A questão da descentralização de competências não irá ser abordada hoje, porque irá ser agendada um Assembleia Municipal Extraordinária durante o mês de janeiro para que este Órgão se pronuncie sobre esta matéria, sendo certo que caso não se pronuncie o Município ficará com elas já no ano de dois mil e dezanove. Em relação ao Armazéns Municipais estes não são, neste momento, uma prioridade. A execução dos Fundos Comunitários causará muita pressão financeira durante o ano dois mil e dezanove. O Projeto está aprovado, foi lançado o concurso público mas neste momento há outras prioridades. Sobre as transferências financeiras da delegação de competências estas

irão decorrer durante o mês de janeiro. Em relação à Requalificação do Palacete há um projeto que não interfere com a fachada, foi discutido já em sede de Reunião de Câmara no mandato anterior e com as associações locais. É um projeto consensual e que vai dotar o Município daquilo que nunca teve que é uma sala de espetáculos com uma dignidade que permita ainda aumentar esta aposta na cultura que tem sido feita nos últimos anos. A questão da Cerâmica de Vagos está incluída no Plano de Pormenor de São Sebastião. É um terreno privado, está limpo e, por isso não há grandes alternativas. Está a ser estudada uma alteração ao Plano a pedido dos proprietários e que terá de ser discutido e votado aqui nesta Assembleia. No que respeita à entrada a sul da vila é intenção da Câmara Municipal requalificar aquele espaço e ontem mesmo entrou nas Infraestruturas de Portugal o projeto do Lidl de construção de uma rotunda. Relativamente à rua da Banda Vaguense no âmbito do projeto de Requalificação da rua da Fonte, que já está a ser elaborado, e construção de ciclovia até à Zona Industrial, vai ter-se em conta também esta. Mas como a disponibilidade financeira não é muita em dois mil e dezanove requalifica-se a rua da Fonte e depois tratar-se-á da rua da Banda Vaguense. Em relação aos Acordos de Geminação os sítios que referiu o senhor Deputado Basílio de Oliveira têm uma implementação da comunidade portuguesa muito forte e sobretudo a comunidade vaguense. Em relação às bocas de incêndio na Urbanização da Boa Hora essa questão já foi colocada e respondida na sessão anterior. Aquela zona tem bocas de incêndio e, entretanto, também foram colocadas bocas de incêndio na estrada da zona Florestal, desde o Parque de Campismo até à EPADRV. Relativamente às Piscinas de Calvão houve um pequeno problema com as telhas que vieram mas que entretanto ficou resolvido e em janeiro entrará em funcionamento. Relativamente ao alargamento do perímetro da Zona Industrial de Vagos foi aprovado pelo ICNF e o que foi dito à Câmara Municipal é que aguardavam pela venda da madeira para dar início a esse alargamento que está previsto para o início de dois mil e dezanove. Em relação ao apoio às famílias que chegam da Venezuela a Câmara Municipal tem estado atenta e foi já recolhido o número de famílias, nomeadamente dos alunos que estão nas escolas do Concelho, cerca de sessenta que têm um problema sério, ou seja, enquanto não tiverem nacionalidade portuguesa, de acordo com o regulamento, não podiam ter apoio social. O que se fez, para ultrapassar esta questão, foi aprovar em reunião de Câmara, por unanimidade, a suspensão dessa condição e dar apoio social imediatamente às crianças mesmo não tendo ainda a nacionalidade portuguesa. Tem sido também acompanhada a situação da oferta de emprego e foi mesmo um assunto discutido na Assembleia Geral do NEVA. Tem havido uma grande preocupação em integrar estas pessoas no mercado de trabalho, sobretudo aqueles que vem e que não têm nacionalidade portuguesa. A Câmara tem também apoiado através da “Lojinha Social”, distribuindo roupas. Em relação aos problemas causados pelo Leslie o Concelho de Vagos teve alguns estragos, nomeadamente a Piscina de Calvão que foi o mais grave. Todos os outros estão a ser resolvidos por via da companhia de seguros. Há uma questão social que está a ser acompanhada pela Câmara Municipal, até porque a pessoa é funcionária da Autarquia, de uma família que ficou sem casa. A Câmara Municipal já arranjou um sítio para alojar a família de forma

temporária até a situação estar resolvida. Em relação ao facto de não ter sido enviado convite para a abertura da NATAL(i)A o senhor Presidente vai averiguar o que se passou. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra para pedir alguns esclarecimentos às respostas dadas pelo senhor Presidente da Câmara. Em relação à NATAL(i)A perguntou se houve pagamentos às associações vaguenses que participaram no evento e como é que foi feito o critério de atribuição do espaço, visto que algumas instituições do Concelho estiveram presentes com uma “barraquinha”. Uma vez que ainda não foi feito um balanço do evento o senhor Deputado pedia que esses elementos fossem fornecidos na próxima Assembleia Municipal. Em relação à estrada Rines/Sanchequias o senhor Deputado percebeu que o processo está atrasado e referiu que seria bom que não terminasse no próximo ano eleitoral, até porque a Comissão Nacional de Eleições já chamou à atenção para comportamentos inadequados neste domínio. Relativamente às limpezas a consciencialização é importante. Em relação à proteção Civil é importante fazer uma abordagem a este assunto de forma séria e envolvendo toda as pessoas, até porque os documentos que estão na base dos Planos Municipais têm elementos de Vagos referentes a mil novecentos e noventa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas. Em relação ao critério de atribuição das “barraquinhas” para as associações só estiveram as Confrarias. Todas as outras foram fonte de receita no âmbito do protocolo, ou seja, há um protocolo aprovado em sede de Reunião de Câmara que indica todas as condições e responsabilidades, quer da AEVA, quer do Museu do Brincar, quer da Câmara Municipal. Quando o balanço do evento for feito essa é uma das condições que se vai ver se foi cumprida. Em relação à estrada Rines/Sanchequias o início da obra foi em março deste ano e tem duração até dois mil e vinte. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, disponibilizou-se mais uma vez, se os senhores Deputados assim o entenderem, para alterar/adaptar este documento por forma a ir ao encontro do tipo de informação mais relevante. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à página quatro, empréstimo do PAEL, que tem verificado ao longo dos últimos meses que muitas Câmaras Municipais têm substituído o empréstimo do PAEL por empréstimos comerciais que se têm revelado bastante mais vantajosos ao nível dos encargos financeiros. O senhor Deputado perguntou se a Câmara Municipal de Vagos tem alguma coisa prevista em relação a este assunto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este documento que foi remetido, à semelhança dos anteriores, não é, na sua opinião, um documento útil porque tem muita informação que não interessa e, depois, falta dela com grande relevância, como por exemplo a questão da NATAL(i)A, que se não fosse aqui levantada pelos senhores Deputados não aparece nesta informação do Presidente. Portanto, supostamente não é um facto relevante para a câmara Municipal, o que para o senhor Deputado é inaceitável. O senhor Deputado referiu que alguns dos comentários ouvidos, em relação à NATAL(i)A, tinham a ver com o valor do bilhete de entrada e menor adesão pública do que nos outros anos. Este é um evento para continuar, com toda a certeza, mas terá de ser melhorado. Entretanto, partilhou também da crítica que foi feita em relação ao facto dos membros da Assembleia não terem recebido convite. O senhor Deputado não percebe o critério de envio dos convites, por parte da Câmara Municipal, porque muitas das vezes recebesse convite com o mínimo de interesse e depois há uma série de outros eventos que acontecem no Município para os quais os Membros da Assembleia Municipal são convidados/informados. Relativamente ao documento, na página cinco, é dito que foi recebido da parte da DGAL uma comunicação de alerta precoce em relação à dívida e eventual ultrapassagem da mesma. Em relação a este assunto perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, se esta informação chegou à Assembleia Municipal, porque ao abrigo do artº 56, nº1, da Lei de Finanças diz que os membros do Órgão Deliberativo do Município são informados na primeira reunião ou sessões seguintes. Em relação ao que está escrito na informação o senhor Deputado não percebeu e ficou sem saber qual foi a perceção que se teve deste alerta da DGAL e, por isso, queria ouvir uma explicação sobre o assunto. Entretanto, na página três diz-se que até meados de dezembro a execução foi de cerca de 62,9% em termos do orçamento. A questão é que se não for considerada a despesa total mas a despesa de investimento concluiu-se que a execução não ultrapassa os 40%. Assim sendo, o senhor Deputado prescindia a discussão do ponto sobre o orçamento para o próximo ano. Aquilo que vai ser aprovado em termos de orçamento é com a consciência que em cada dez obras seis não são para fazer, com a agravante que os membros da Assembleia não sabem quais são essas seis. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que recebeu a comunicação da DGAL e não deu conhecimento porque faz parte da correspondência, e está aqui presente para quem quiser consultar, e porque já constava da informação do Presidente da Câmara Municipal. ---

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que ao contrário do senhor Deputado Óscar Gaspar considera importante a informação que consta deste documento, sendo certo que para os Membros da Assembleia Municipal alguma dela pode ser dispensada. Neste sentido, propõe que em conferência de líderes se chegue a um entendimento quanto ao conteúdo/apresentação do documento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referindo-se ao empréstimo do PAEL esclareceu que é objetivo do Executivo Municipal substituí-lo durante o ano de dois mil e dezanove, porque é o empréstimo mais caro que o Município tem neste momento. Além disso, implicará terminar com uma série de obrigações do ponto de vista de reportes que existem e que

deixam de fazer sentido. Em relação ao aumento da dívida deve-se sobretudo a um fator extraordinário, ou seja, este período não se amortizou dívida bancária. A dívida a fornecedores é exatamente igual. Relativamente à ausência de informação no documento sobre a NATAL(i)A tem a ver com as datas, ou seja, a informação prestada diz respeito ao período de um de outubro a dezassete de dezembro de dois mil e dezoito e o evento terminou a vinte e três de dezembro. Em relação ao orçamento é um orçamento ambicioso. A questão do alerta precoce da DGAL foi dado conhecimento à Reunião de Câmara, a informação que consta do documento é uma informação resumida do que foi discutido, e diz respeito a uma componente após a entrada em vigor da nova Lei da Finanças Locais. O que basicamente se mostrou na informação, apresentada na Câmara Municipal e que foi enviada para as entidades, é que o Município não podia cumprir em dois mil e treze os critérios que estavam estabelecidos. O que interessa é que o Município está em convergência com os critérios. Este é um alerta precoce que não tem qualquer tipo de consequência para o Município. Tem a ver com a questão do endividamento sobre as receitas da Câmara Municipal. A contabilização da média das receitas era feita de maneira diferente na antiga Lei da Finanças locais. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO DOIS: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES SUPLENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO; -----

----- Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o porquê. Os representantes desta Assembleia Municipal foram eleitos por lista e sendo aplicado o método de Hondt aqueles que não foram eleitos como efetivos serão, consequentemente, os respetivos suplentes. Esta informação irá ser dada à Assembleia Intermunicipal da CIRA. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO TRÊS: TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM VÍDEO E EM DIRETO NUMA PLATAFORMA ONLINE; -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que este assunto já foi discutido no mandato anterior. Na primeira sessão deste ano houve um requerimento por parte do Partido Socialista e houve um compromisso da Mesa da Assembleia em tratar este assunto com mais cuidado. Em conferência de líderes dos grupo municipais concluiu-se que era importante criar uma harmonização em termos de procedimento. Foi resultante dessa reunião que saiu a pergunta a dirigir à Associação Nacional de Municípios Portugueses, pedido de parecer. Entretanto, foi emitido esse parecer, pela ANMP, que foi enviado aos senhores Deputados. Neste momento há uma proposta para submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal com este teor: *“A Assembleia Municipal, com base no parecer emitido pelo Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios, informação nº60/09/2018, datado de vinte e cinco de setembro de dois mil*

e dezoito, vai deliberar sobre a transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal em vídeo e em direto numa plataforma on-line, associado ao espaço da Assembleia Municipal, no site oficial do Município. Tal transmissão terá efeito a partir do momento em que seja enquadrada e estipulada num novo Regime da Assembleia Municipal que será discutido e aprovado no primeiro quadrimestre de dois mil e dezanove.” Foi assim que ficou definido pelos líderes dos grupos municipais em reunião. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e sobre este assunto referiu que de todas as reuniões de trabalho que já se realizaram é consensual desde o início a concordância na transmissão. Ao contrário do que se diz o PSD nunca se opôs à transmissão, levantou foi uma série de dúvidas jurídicas. A questão que o senhor Presidente da Assembleia acabou de falar, sobre o pedido de parecer à ANMP, em nada mudou, porque as dúvidas que o senhor Deputado tinha continuam a existir, embora concorde com o texto e com a proposta que aqui foi apresentada. O parecer que foi enviado não é de todo esclarecedor. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que partilha da opinião do grupo municipal do PSD. Pessoalmente, desde o início, referiu que considerava que esta transmissão não tem qualquer inconveniente, do ponto de vista da transmissão, e até é muito útil, à semelhança do que acontece com a Assembleia da República. Atendendo a que há Assembleias Municipais que obtiveram pareceres negativos, relativamente a esta transmissão, o senhor Deputado continua como continuava no primeiro dia em que falou sobre esta matéria. Em primeiro lugar considera que sobre esta matéria a ANMP não tem competência para se pronunciar, apesar de discordar do senhor Deputado Juan e achar que este é um parecer jurídico. Este parecer devia, em sua opinião, ter sido pedido à Comissão Nacional de Proteção de Dados, que é quem tem a competência para verificar se existe ou não violação da proteção de dados. Esta é a sua opinião embora vá votar favoravelmente a proposta que está na Mesa, pedindo apenas que fosse feita uma correção. No final da proposta diz *“será discutido e aprovado no primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito”* e o senhor Deputado sugeria que fosse *“será a discutir e a votar no primeiro quadrimestre de dois mil e dezanove.”* -----

----- A alteração sugerida pelo senhor Deputado Nuno Moura foi aceite e o senhor Presidente submeteu a votação a proposta tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, dos membros presentes. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar apresentou declaração de voto, que passa a ser transcrita. *“O Partido Socialista congratula-se com esta aprovação, apesar de todos os apesares e de todas as críticas do PSD, como se viu, não vota confortável com a posição. O Partido Socialista apresentou a proposta-transmissão on-line das Assembleia Municipais- no passado dia nove de dezembro de dois mil e dezasseis, há mais de dois anos. Os grupos municipais do PSD e do CDS chumbaram esta proposta no dia dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete. Todo o processo que decorreu daí até agora foi no sentido de encontrar uma solução que satisfizesse as diversas questões, nomeadamente as dúvidas jurídicas levantadas pelo PSD, embora do nosso ponto de vista fossem apenas e só um mero expediente para atrasar esta aprovação. No dia vinte de junho*

de dois mil e dezassete, há cerca de um ano e meio, foi outra vez, por pressão do Partido Socialista, que perguntamos aqui como é que estavam as diligências feitas, nomeadamente em relação à Comissão Nacional de Proteção de Dados e foi por nossa iniciativa e com a concordância dos restantes grupos municipais que se avançou para a instância que se entendeu como adequada, que foi a ANMP. Não foi nenhuma iniciativa particular do senhor Presidente da Assembleia, foi um acordo entre todos que essa era a instância capaz e suficiente. Eu gostava de recordar que na proposta do Partido Socialista o que se dizia era o seguinte: Considerando que: os Deputados Municipais foram eleitos pelos cidadãos vagueses a quem devem servir e prestar contas. As sessões da Assembleia Municipal abordam temas de interesse generalizado para os vagueses; O princípio da publicidade está hoje assumido, inclusivamente sob a forma de lei, por todos os órgãos políticos; O espaço onde são realizadas as sessões e a hora em que normalmente ocorrem impede o acompanhamento por parte de muitos vagueses interessados; a transmissão online democratiza as discussões da Assembleia Municipal e permitirá que os cidadãos sintam de forma reforçada que estamos aqui por eles; o conhecimento alargado dos trabalhos da Assembleia Municipal prestigia o debate político; compete em primeira linha à própria Assembleia Municipal dar público conhecimento dos seus trabalhos; um Município que se quer moderno não pode manter-se alheado das novas tecnologias e formas de comunicação. Portanto, senhor Presidente, nós entendemos que hoje, de alguma forma, se faz história nesta Assembleia Municipal. Espero que apesar das declarações do PSD não se crie nenhum outro expediente para no primeiro quadrimestre impedir aquilo que foi aqui votado e espero, sinceramente, que mais vagueses possam usufruir e partilhar também do nosso trabalho e contribuir para que nós aqui trabalhemos melhor em favor de Vagos.” -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião apresentou declaração de voto, que passa a ser transcrita: “Votei a favor porque há um histórico do Partido Socialista nesta matéria que alicerça esta posição que tomamos aqui, e que temos vindo a tomar nas Assembleias Municipais. A apresentação no programa eleitoral autárquico de dois mil e treze desta proposta fez com que ao longo do mandato anterior da Assembleia Municipal, e ao longo deste mandato, com as formalizações que o Óscar Gaspar apresentou, esta proposta pudesse vir a conhecer cada vez mais a confiança das pessoas. Esta é uma luta que eu espero que a Assembleia municipal ganhe e que obviamente tem sido o PS a alavanca desta democratização, deste reforço da transferência da modernização administrativa nesta Assembleia e dizer isto: espero que não se faça mais humor com esta matéria, porque há pouco falou-se sobre humor. Humor é o tipo de expediente e o tipo de jogas conceptuais que se vão aqui trazendo à Assembleia para se dizer que está contra. Quem está contra esteve sempre contra e agora mudou de posição. E isso é bom, é bom para o reforço da democracia. Parabéns a toda a Assembleia municipal que apresentou por unanimidade.” -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 04 de outubro de 2018. -----

----- **PONTO QUATRO: IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2018:** -----
-----a) **TAXAS 2018 - CÓDIGO DO IMI – ARTIGO 112.º, nº1;** -----

-----b) CÓDIGO DO IMI – REDUÇÃO DA TAXA – ARTIGO 112.º - A; -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação dos pontos quatro, cinco, seis e sete todos juntos e de acordo com a documentação/propostas, atempadamente, distribuída aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que o PSD nunca foi muito de acordo com a devolução dos 0,5% deste imposto, porque esta devolução beneficia quem paga IRS e quem paga IRS é quem tem salários mais altos. Sobre esta aplicação dos 20% em Ação Social o senhor Deputado perguntou qual é a garantia dada aos membros da Assembleia Municipal, e a todos os vaguenses, de que este valor, cerca de cem mil euros, vai ser gasto em Ação Social, onde é que isto é refletido e onde é encaixado este valor no orçamento. O senhor Deputado felicitou o Executivo pela taxa mínima da derrama, porque atinge principalmente as micro entidades e grande parte do tecido do comércio local do concelho de Vagos é este que vai até aos cento e cinquenta mil euros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que ao analisar as propostas da Câmara Municipal, para estes quatro pontos, verificou que o que vai caracterizar as decisões desta Assembleia vai ser um aumento de impostos. A seu ver há uma manutenção do IMI mas, depois, há um agravamento dos diversos impostos. O grupo municipal do PS, à semelhança daquilo que aconteceu em anos anteriores, tem posições diferentes a cada um dos pontos. As questões que levantam mais dúvidas ao senhor Deputado são em relação às taxas de passagem, ou seja, o que é que está aqui de novo que não está em vigor e o porquê desta proposta para 25% e em relação ao IRS, e aqui a perplexidade é maior, porque se já existia com a proposta foi agravada com a intervenção do senhor Deputado Juan Carlos. Na ata da Assembleia Municipal do ano passado, onde foram discutidos e aprovados estes assuntos, e em resposta à proposta do Partido Socialista, no sentido de se devolver mais aos cidadãos, foi esta a resposta que se ouviu do PSD: *“Vir aqui dizer-se que seria possível a Câmara Municipal devolver este valor todos aos munícipes era muito bom se a Câmara Municipal reunisse condições financeiras para tal, o que neste momento ainda não se verifica. Têm-se vindo trabalhar para isso. Têm-se reduzido, e muito, a dívida, mas ainda não estão reunidas todas as condições financeiras para poder devolver todo este montante e, portanto, sério seria dizer que o Executivo Municipal deve continuar a trabalhar no sentido de reduzir a dívida, de consolidar as finanças da Câmara Municipal para que no futuro seja, efetivamente, possível baixar estes 5%.”* Ao senhor Deputado causa-lhe uma grande perplexidade, por um lado porque é que se alterou a posição do ano passado para este ano e por outro a justificação no ano passado, ou seja, as condições da Câmara não o permitiam, mas como este ano há um benefício maior para a Autarquia e um prejuízo para os cidadãos dá a entender que a situação financeira piorou este ano, ao contrário do que tem vindo a ser dito pelo senhor Presidente. O senhor Deputado gostava de ver esta situação esclarecida, isto é, saber porque é que no próximo ano não irá ser devolvido nada e os vaguenses terem uma penalização forte em sede de IRS. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que partilha das opiniões e perplexidades do seu colega de bancada. Entretanto, referiu-se à taxa de passagem, que não se recorda se já por aqui passou alguma vez, e diz a lei que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamentos, sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em locais fixo do domínio público e privado municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa. Assim sendo, o senhor Deputado pergunta onde é que neste ano foram instalados esses serviços e redes de comunicações eletrónicas. A lei diz também que as Autarquias Locais com observância do princípio da igualdade e da não discriminação podem optar por não cobrar esta taxa de passagem. Posto isto, perguntou porque é que a câmara Municipal decidiu estabelecer esta taxa. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra para perguntar qual o valor que corresponde ao IMI e Derrama em relação às receitas da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer os esclarecimentos solicitados pelos senhores Deputados. Em relação à intervenção do senhor Deputado Juan Martins aquilo que se procurou fazer, ao contrário daquilo que o grupo municipal do PS aqui veio afirmar, foi trocar a taxa de devolução do IRS pela taxa de derrama para as micro empresas. Portanto, não há um aumento de impostos para os vagueses, há sim uma troca de impostos. Em relação à questão do senhor Deputado Xavier Prior o montante total das receitas é o que está previsto no orçamento, que tem regras previsionais muito próprias. O IMI prevê gerar de receita no ano de dois mil e dezanove milhões seiscentos e oitenta e um mil euros e a derrama trezentos e vinte mil euros. Em relação à questão da taxa dos direitos de passagem esta já se encontra em vigor há uns anos, cinco ou seis. No que respeita às contas da Câmara Municipal, e se estas estão melhores ou não, os dados estão aqui, são certificados pelo Revisor Oficial de Contas, e o Partido Socialista continua a insistir num discurso demagógico. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para voltar a usar da palavra alegando defesa da honra, por duas razões: primeira, porque no que disse não se referiu somente ao grupo municipal do PS mas também aos militantes do Partido Socialista, o que não está correto; segunda, porque o senhor Presidente quando lhe começam a faltar os argumentos tem a tendência de tentar deslocar a discussão política local, que é a que interessa, para a questão nacional, o que também não está correto. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião perguntou à Mesa da Assembleia se nos anos anteriores esta taxa de direitos de passagem passou pela aprovação da Assembleia Municipal e caso não tenha passado qual o motivo. Entretanto, pediu ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse uma questão, isto é, se com a alteração da derrama se contabilizou o impacto previsional das receitas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que em relação à questão colocada à Mesa neste mandato não passou. Em relação ao anterior mandato terá de ir averiguar e numa próxima sessão poderá responder com precisão à questão levantada. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos presentes. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 04 de outubro de 2018. -----

----- **PONTO CINCO: TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM – 2019;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com a abstenção do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 04 de outubro de 2018. -----

----- **PONTO SEIS: IRS - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULAES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – PRODUÇÃO DE EFEITOS NO ANO 2019;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos contra do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 04 de outubro de 2018. -----

----- **PONTO SETE: DERRAMA TAXAS 2018;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com a abstenção do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia de 2018. Este ponto é só para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **PONTO OITO: ILHAPLAST – SOCIEDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS, S.A. – CANDIDATURA A PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DE VAGOS (PIMVAGOS);** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que este ponto é só para conhecimento, foi aprovado de acordo com o regulamento, aprovado aqui na Assembleia Municipal, seguir-se-á o período de verificação das condições que a empresa se comprometeu a cumprir. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para dizer que obviamente estas aprovações são muito importantes para a economia local. Esta empresa cumpre o regulamento que existe para aprovação destes projetos de interesse municipal. No entanto, ter-se-á de começar a pensar no tipo de empresas que se apoia e que se conseguem instalar nas Zonas Industriais do Concelho. Esta, em particular, tem um perfil de empresa que produz embalagens de plástico para um uso único, e no momento em que se fala muito em economia circular e de reciclagem nas empresas e inserção na comunidade de projetos de economia circular deverá existir alguma consciencialização ambiental, por parte das empresas, e procurar incluir isso no regulamento porque é do interesse da própria empresa. A União Europeia procura banir nos próximos anos um conjunto de empresas que produzem produtos plástico de uso único tem de se começar a pensar nisso seriamente, e não só na diversificação dos setores nas zonas industriais, que é uma estratégia básica de qualquer zona industrial, que não seja temática, mas também neste âmbito de apoios municipais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que esta empresa já estava instalada no Concelho, pediu a expansão, tem um setor de atividade interessante e cumpre os regulamentos que aqui foram aprovados. Contudo, o senhor Presidente está sempre disponível para rever os documentos de apoio a projetos de interesse municipal. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 22 de novembro de 2018. -----

----- PONTO NOVE: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 255.000,00€ - MINUTA DO CONTRATO – INFRAESTRUTURAS DA PARCELA B DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – 2ª FASE; -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou este ponto e o seguinte, ponto dez, em conjunto e de acordo com a documentação previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. ---

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que na sua opinião a Assembleia não reúne condições para aprovar estes dois pontos, porque não têm todos os elementos necessários, ou seja, a minuta do contrato. Não se sabem nem prazos nem taxas referentes a estes empréstimos e, por isso, pediu que essa informação circulasse de imediato por todos os membros. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que essa falha foi detetada e de imediato foi enviada, por *e-mail*, essa informação a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar disse que não recebeu e, por isso, pediu alguns minutos para tomar conhecimento da informação. -----

----- Entretanto, o senhor Presidente da Câmara aproveitou para esclarecer o senhor Deputado Bruno Julião relativamente à taxa dos direitos de passagem. No anos anteriores não veio a aprovação da Assembleia Municipal porque entendiam os serviços da Câmara Municipal que estando no regulamento de taxas não havia necessidade de vir à Assembleia Municipal. Este ano o entendimento dos serviços alterou e voltou a vir à aprovação da Assembleia Municipal, veio em dois mil e dezasseis, não veio em dois mil e dezassete e agora volta em dois mil e dezoito. Em relação à documentação em falta, relativa aos pontos nove e dez, o senhor Presidente pediu aos serviços que enviassem também a análise às propostas. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos presentes. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dez da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 06 de dezembro de 2018. -----

----- PONTO DEZ: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO 2019; -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos presentes. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto onze da ordem de trabalhos. Este ponto é só para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal. ---

----- PONTO ONZE: INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2018; -

----- Este ponto é só para conhecimento dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que da leitura que fez do documento enviado há uma série de questões que ficaram em aberto e há notas/recomendações ao Município para atuar, algumas delas a curto prazo. Nas páginas vinte e vinte e um do relatório há seis situações identificadas, pelo autor do documento, com alguma preocupação e a pergunta é se a Câmara Municipal acolhe estas críticas, se vai assumir e se vai corrigir estas situações ou não. Por outro lado, o autor do relatório chamou a atenção que as contas são feitas com base em balancetes de junho, tendo em conta que a câmara Municipal não é obrigada a ter contas fechadas ao semestre, e aquilo que ressalta da demonstração de resultados é que embora haja um resultado líquido negativo, tanto quanto se percebe, não são incluídas as amortizações. No caso das Autarquias, tendo em conta o imobilizado que têm é sempre muito significativo e, portanto, esta também será uma situação em que o valor do prejuízo está claramente sob avaliado à semelhança do que é referido pelos autores. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que concorda com o que foi dito pelo senhor Deputado Óscar Gaspar e chamou a atenção de uma situação, ou seja, apesar de não ser obrigatório as contas fechadas ao semestre este documento deve servir para alguma coisa e o que se lê é que é feito com base em estimativas e presunções. No relatório são feitas algumas chamadas de atenção aos serviços, a não contabilização de alguns valores. É importante que este documento tenha a informação o mais aproximado possível da realidade e para isso é necessário que os serviços cumpram as recomendações que constam do documento, caso contrário não tem qualquer utilidade. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que este documento veio comprovar que só houve 34% de execução no primeiro semestre, ficou 1/3 por executar. No relatório há algumas considerações positivas em relação ao trabalho realizado mas, de facto, a partir da página vinte há algumas chamadas de atenção que deverão ser tidas em conta. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que do ponto de vista das chamadas de atenção umas são de acatar outras já não é bem assim, por exemplo, o relatório refere que a trinta de junho de dois mil e dezoito o Município não contabilizou a receita de IUC e IMT, referentes ao mês de junho. Pois não, porque restes dados só ficam disponíveis a partir de quinze de julho. É obvio, que as chamadas de atenção são para levar em conta, e o Município tem de corrigir o que não está correto. Em relação há questão do imobilizado a Câmara Municipal já está a trabalhar nessa matéria para resolver a situação o quanto antes, porque isso também prejudica os resultados. Ao verificar os exercícios anteriores e lhes fossem retiradas as amortizações os resultados em algumas situações seriam positivos. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto doze da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 31 de outubro de 2018. -----

----- **PONTO DOZE: ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2019;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação breve e sintética de acordo com o documento previamente enviado aos membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dizer o essencial sobre este documento, ou seja, tal como aconselhou no ano passado, não vale a pena lê-lo nem perder muito tempo com ele, porque a própria Câmara sabe que ele não vai ser executado. O debate a sério será em abril de dois mil e dezanove aquando da discussão e votação das contas deste ano. O que está aqui em causa é que a Assembleia Municipal de Vagos aprova um orçamento que diz que se vai gastar um determinado valor e depois gasta menos. Este é um exercício como outro qualquer, quem sabe até muito bom para a Câmara Municipal fazer algumas escolhas mas debate político não vale a pena. A ler o enquadramento do documento a conclusão a que o senhor Deputado chega é que de alguma forma faltam pessoas, faltam cidadãos, faltam vaguenses. A tónica aqui está dada às empresas e à atração do investimento, e isso é bom, mas parece de tal forma enfático, nesse aspeto, que acaba por esquecer todo o resto. A Câmara, obviamente, deve pugnar para que haja investimento mas é instrumental em relação às condições de desenvolvimento do Concelho e em relação às condições de vida dos vaguenses. O senhor Deputado não encontrou no documento medidas para o dia-a-dia dos vaguenses, tirando a menção meritória à questão do acolhimento das pessoas que vêm da Venezuela, em articulação com o programa que o Governo também lançou nesse mesmo sentido. É muito importante que uma terra de emigração, como é Vagos, olhe para os luso venezuelanos que estão a vir para Portugal. No documento também não encontrou nenhum capítulo que leve a crer que a Câmara Municipal tem a preocupação de funcionar melhor, de forma mais amigável, para o cidadão e de o servir melhor. Por outro lado, diz-se, logo na segunda página, que *“...o presente orçamento reflete, na medida das possibilidades financeiras do Município, as vontades dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, ...”* mas o senhor Deputado não sabe se é assim, se os outros partidos se sentem representados neste documento, porque o Partido Socialista não se sente representado neste orçamento. No final da intervenção o senhor Deputado irá deixar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o documento que foi enviado pelo Partido Socialista ao senhor Presidente da Câmara, no dia trinta de setembro. O referido documento irá ficar anexado à presente ata. Ainda sobre o orçamento, há aqui medidas e projetos que são inegavelmente positivos, mas não se sabe se são para levar a sério e qual a prioridade que se lhes dá. Por exemplo, o Palacete do Visconde de Valdemouro era suposto o projeto em dois mil e dezoito já estivesse numa fase já mais avançada; os arranjos do centro da vila ficam só pela demolição do Centro de Saúde antigo ou há algo mais. Para terminar, na página quarenta e quatro do orçamento faz, mais uma vez, referência ao Parque de Lazer da Fêmeas, com a inscrição de dez mil euros, e usando este exemplo é referido no documento que a intervenção é feita de um de janeiro de dois mil e quinze a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Portanto, a Câmara Municipal, para um investimento de dez mil euros, vai demorar seis anos para fazer cumprir a execução daquele

projeto, e para o senhor Deputado isto é inaceitável e dá boa nota do empenhamento do executivo em termos das obras. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra e começou por dizer que o que é ilustrativo do que é o Partido Socialista em Vagos é precisamente a proposta que envia, porque uma parte dela implicava retirar algum trabalho à Luságua que recebe para o fazer. O Partido Socialista apresentou duas medidas: dotação financeira para a criação de um serviço municipal para a recolha de resíduos em espaços públicos, natureza e bermas de vias de circulação; dotação financeira para aquisição de veículo de lavagem e aspiração de pavimentos e vias públicas. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que no *e-mail* que o senhor Presidente dirigiu aos Partidos invocou o cumprimento da lei do estatuto da oposição apelando a que enviassem propostas. Em Vagos deverá começar-se a fazer como alguns Municípios fazem que é quando se pede um parecer, um conjunto de propostas e contributos para um orçamento se enviem a proposta de orçamento. Não é fácil fazer este exercício, pode ser mais tarde, mas a leitura da lei que faz o Partido Socialista é esta, ou seja, é possível dar contributos para um orçamento quando existe um documento. É evidente que essas propostas são apenas dois exemplos apresentados pela Comissão Política do Partido Socialista e perguntou se há alguma abertura para aceitar a proposta de aquisição de uma máquina, um recurso útil para partilhar com as Freguesias, que possa ter as valências de varredura, de limpeza de aspiração. Em relação à questão dos Fundos Europeus, abordada na intervenção do senhor Presidente, onde mencionou o Palacete Visconde de Valdemouro e a sede dos Escuteiros, como se sabe recentemente, num acordo que houve entre o Ministério de Planeamento e Infraestruturas, que tutela a execução dos Fundos, e a ANMP, houve uma reprogramação financeira do Portugal 2020 que atribui mais de cerca de seiscentos e sete milhões de euros às Autarquias. Cerca de duzentos milhões são para a zona centro, e identificaram-se um conjunto de áreas prioritárias, e o senhor Deputado pergunta como é que à luz desta oportunidade Vagos se pode afirmar a nível distrital, como é que os senhores Vereadores, na reflexão que tiveram sobre as suas áreas, verificaram que há aqui uma oportunidade estratégica em cada um dos setores que a ANMP identificou como importantes e como é que esta reprogramação está revertida neste orçamento. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra apenas para dizer que apesar de não ter formação nesta área pega neste documento e consegue facilmente perceber o que nele está escrito e qual o caminho traçado, por este executivo, para todos os vaguenses. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que por várias vezes quando o Partido Socialista enviou propostas as mesmas foram acolhidas e feita essa referência publicamente, quer em sede de Assembleia Municipal quer em sede de Reunião de Câmara. Desta vez isso não aconteceu mas nem os senhores Vereadores têm no orçamento tudo aquilo que queriam, porque obviamente não dá. Se o orçamento fosse elaborado com todos os desejos e vontades não era só de vinte e dois milhões de euros. Os recursos são escassos, têm que ser aplicados sobretudo nas áreas que têm Fundos Comunitários, porque têm de ser executados. Relativamente à reprogramação não é verdade que haja mais seiscentos milhões de euros, o que

aconteceu é que há mais seiscentos milhões de euros que foram tirados de outro lado e que deixam de estar disponíveis noutros projetos. Não há mais dinheiro da União Europeia para Portugal, há dinheiro que está disponibilizado para as Autarquias que não está a ser utilizado noutras componentes, como por exemplo, na modernização administrativa vai sobrar dinheiro que irá ser aplicado noutras áreas que no caso de Vagos será na área da educação. A educação é a área que o Município sente mais necessidade e mais falta de apoio. Quando se discute um orçamento, e se for feita de forma séria, não se pode deixar de referir a relação com a Administração Central, porque esta entidade está em incumprimento com as Autarquias há anos consecutivos. Para o senhor Presidente da Câmara Municipal este orçamento é ambicioso, está muito virado para as pessoas e deve ser aprovado para bem do Município. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com duas abstenções, do grupo municipal do PS, e cinco votos contra, do grupo municipal do CDS. O grupo municipal do CDS apresentou declaração de voto, que irá ficar anexada à presente ata. *“O que os eleitos do grupo municipal do CDS-PP têm a dizer sobre este documento é que mais uma vez é um documento repetitivo que apresenta metas e projetos que vão sendo irremediavelmente adiados ano após ano não passando de promessas vans. Mais uma vez é um orçamento onde se criam expectativas que relativamente à grandes obras e aos grandes investimentos dificilmente não sairão frustradas como este executivo já nos habitou e que é fácil de comprovar pelas baixas execuções orçamentais que sucedem ano após ano, legislatura após legislatura. Deixamos, também, alguns aspetos positivos do documento, principalmente a diminuição dos mapas e das rubricas fantasma, com verbas insignificantes, pugnando por dar maior credibilidade àquele que devia ser o principal documento que apontando o rumo ao desenvolvimento do Concelho. As candidaturas já aprovadas, e outras que venham a ser, devem ser aproveitadas pelo Executivo sob o risco de algumas delas ficarem comprometidas e cavar ainda mais o fosso para os Concelhos vizinhos, exemplo maior será o da Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. Reconhecemos uma postura pró-ativa na tentativa de obter o máximo de financiamento proveniente dos Fundos Comunitários mas consideramos que não podemos continuar a desperdiçar gastos avultados em estudos, pareceres, projetos e consultadorias que depois não saem do papel.” -----*

----- O senhor Deputado Nuno Moura abandonou a sessão às vinte e duas horas e cinco minutos.

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto treze da ordem de trabalhos. Este ponto é só para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal. ---

----- **PONTO TREZE: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2018 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente usou da palavra e informou de que já não há necessidade de aprovação da Autorização Genérica, porque derivado ao bom desempenho do Município está suspenso o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Agora, vem à Assembleia Municipal somente para conhecimento dos seus membros o que estava em vigor. A partir daqui

não tem de o fazer, porque a Lei está suspensa, para o Município de Vagos, atendendo a que está cumpridor do ponto de vista financeiro. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que sobre esta matéria mantêm-se os problemas das adjudicações diretas sem informação de consulta de mercado. -----

----- O senhor Presidente usou da palavra e esclareceu que o Código da Contratação Pública prevê a figura do ajuste direto. É algo que é legal e está de acordo com a Lei. As adjudicações que a Câmara Municipal faz estão de acordo com a Lei. O ajuste direto na maior parte das vezes tem consultas ao mercado. É feito o ajuste direto muitas das vezes porque é mais simplificado do ponto de vista do procedimento e como está previsto na Lei aplica-se. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da assembleia Municipal passou para a o período de intervenção do público. -----

----- Do público usou da palavra o senhor Vitor Figueiredo e referiu que o trouxe a esta sessão da Assembleia Municipal foi o facto e o problema que existe na rua Padre Vicente Maria da Rocha. Há seis meses atrás esteve aqui e perguntou sobre o estudo feito para aquela rua e qual era o resultado e o senhor Presidente “*fechou-se em copas*” e não respondeu. Assim sendo, entendeu o senhor Vitor que chegou o momento de ele mesmo dizer o que se passa com aquela rua. A rua tem os esgotos completamente degradados, neste momento está-se a contaminar o solo, dentro de pouco tempo os poços vão estar contaminados e, portanto, o senhor Presidente, tendo conhecimento do estudo, devia atuar. Esta é uma obra prioritária e ouviu-se aqui falar em várias obras e não se ouviu qualquer referência a esta. Neste sentido, o senhor Vitor gostava que lhe fosse dito, de forma concreta, o que é que vai ser feito em relação a esta situação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder à questão levantada e referiu que este problema tem a ver com o saneamento e o estudo a que o senhor Vitor fez referência deve, com toda a certeza, ter sido feito pelos técnicos da AdRA e não os técnicos da Câmara Municipal. De qualquer das formas o senhor Presidente irá averiguar o que se passa e se aquele espaço precisar de obras de requalificação nas infraestruturas de saneamento isso é uma competência da AdRA e não da Câmara Municipal. A requalificação da estrada é competência da Câmara Municipal, e está nos planos fazer essas obras, mas essa intervenção também não será efetuada sem estar a questão do saneamento resolvida. O senhor Presidente irá falar com a AdRA e procurar saber a que conclusão chegaram com o estudo que fizeram. -----

----- A senhora Elisabete Pequeno, que vive nas Vergas, usou da palavra, enquanto público, para manifestar o seu descontentamento com a atuação do senhor Presidente da Mesa nesta sessão, permitindo que os Deputados do PS interviessem as vezes que entenderam, da forma que entenderam e não lhe permitiu a palavra enquanto Deputada Municipal. Assim sendo, irá fazer essa intervenção agora. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar no ponto doze, orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividade municipal – 2019, referiu que fez sucessivas desvalorizações acerca do trabalho apresentado pela Câmara Municipal e que o documento só olhava para as empresas e esquecia as pessoas. E a senhora Elisabete pergunta a todos os presentes, e a quem gere a Câmara Municipal: de onde vêm as receitas para a gestão

da Câmara Municipal; de onde vêm os salários das famílias de Vagos; quantas famílias são sustentadas pela indústria em Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa refutou completamente, embora respeite, a questão que lhe foi dirigida em relação à gestão das intervenções. O senhor Presidente somente quis pôr uma ordem nos trabalhos porque reparou que a discussão estava a agudizar-se. A questão foi colocada previamente, isto é, perguntou se algum dos senhores Deputados dos vários grupos municipais quisessem intervir para fazer a inscrição naquele momento. Neste sentido, depois do senhor Presidente da Mesa ter feito esta observação, de forma justa, igual e isenta, a senhora Deputada Elisabete Pequeno pediu para usar da palavra, a atitude a tomar só podia ser esta. Entretanto, esclareceu que o Regimento da Assembleia Municipal é muito claro em relação à intervenção do público, ou seja, as pessoas vêm aqui para pedir esclarecimentos e não para se substituírem aos senhores Deputados que foram eleitos e por isso podem fazer considerações. -----

----- A senhora Maria do Céu Marques usou da palavra para retribuir os votos de boas festas endereços ao público aqui presente e endereçar esses votos de continuação de boas festas a todos em geral. Saudou de forma muito particular a senhora Deputada do PSD, Andreia Marques, por contribuir aqui para essa inversão do sentido que tem vindo a ser crescente também a nível nacional e engrossar a população jovem que naturalmente agrada a todos. Entretanto, abordou três questões. A primeira, o multibanco da Praia da Vagueira continua sem funcionar, há meses que está sem funcionar, quando é que esta situação fica resolvida. A segunda, o pontão da Rua João Mendes Correia da Rocha qual o ponto de situação. A terceira, tem a ver com construção de uma pequena circular à vila, que vai da Prio até ao Cais do Moliço, ou seja, saber porque é que não se avança com esta obra. -----

----- O senhor Presidente da Câmara e em resposta à questão da senhora Elisabete Pequeno referiu que é evidente que se não houver desenvolvimento do ponto de vista económico todo o resto fica parado, sem isso nada acontece. Ao falar de desenvolvimento económico está-se a falar de pessoas e é significativo o que se tem feito no Concelho de Vagos e que é reconhecido por todos. Em relação ao multibanco da Praia da Vagueira não é competência do Presidente da Câmara, porque aquele multibanco é da Caixa de Crédito Agrícola. A Câmara Municipal nem chave tem para entrar lá, apenas construiu o *bunker* que lá está porque não havia nenhuma entidade bancária que pusesse um multibanco na Praia da Vagueira. Foi possível chegar a um consenso com a Caixa de Crédito Agrícola, fez-se aquela construção mas a câmara não mexe lá dentro. A explicação que foi dada pela Caixa de Crédito Agrícola é que em Outubro, aquando da tempestade Leslie, aquele espaço ficou completamente inundado e desde então têm tentado fazer a manutenção no local e não tem sido possível e vão ter de retirar a máquina do local, fazer a manutenção cá fora se esta tiver recuperação possível. Caso contrário terá de vir uma máquina nova para aquele sítio. Em relação ao Pontão João M C da Rocha o senhor Presidente já referiu na última reunião da Câmara Municipal que não esta é uma obra prioritária e não está prevista no orçamento. Relativamente à circular à vila o projeto/proposta foi apresentado e o parecer foi negativo, como todos sabem, não a que a senhora Maria do Céu falou mas a que ligava a rotunda

do início da vila até à Prio. No mandato 2005 a 2009 houve um parecer negativo do ICNF para a construção da circular quando até já existiam Fundo Comunitários para a obra. Se tivesse havido autorização a câmara Municipal da altura teria feito a obra. Neste momento, como é evidente, atendendo a todas as circunstâncias, a circular à vila não constitui uma prioridade deste executivo.

----- Não havendo mais intervenções, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,**_____.